

**A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA COMO POLÍTICA DE
ETNODESENVOLVIMENTO.
ESTUDO DE CASO DO POVO POTIGUARA**

Angela López Cantero¹

RESUMO

O presente trabalho tem como foco a educação escolar indígena específica e diferenciada do povo Potiguara da Paraíba. Concretamente, analisamos o caso da Escola Estadual Indígena de Ensino Médio e Fundamental Pedro Máximo de Lima, da aldeia Três Rios, que faz parte da Terra Indígena de Monte-Mór, situada no município paraibano de Marcação. O povo Potiguara viveu anos de opressão e resistência, e a escola indígena diferenciada pode ser uma estratégia de valorização cultural, através do fortalecimento da sua identidade étnica. A escola indígena Pedro Máximo de Lima vem desde o ano de 2003, junto com o processo de retomada da aldeia Três Rios, sendo um importante enclave na vida política e comunitária do povo Potiguara da aldeia no processo de luta pelos direitos indígenas.

O modelo de desenvolvimento imposto mundialmente a partir da colonização e atualmente através da globalização, com um viés eurocêntrico e ocidental, teve algumas consequências etnocidas para os povos indígenas que tinham modelos de vida diferentes. A partir da reflexão crítica sobre as práticas desenvolvimentistas surgem ideias sobre modelos alternativos, entre eles, o etnodesenvolvimento. A educação indígena diferenciada do povo Potiguara tem como objetivo fortalecer a identidade étnica e a cultura específica, podendo ser considerada como uma estratégia de etnodesenvolvimento no qual os povos se empoderam e podem criar seus projetos de futuro de acordo com os próprios interesses.

Palavras-chave: etnodesenvolvimento, etnicidade, educação intercultural.

¹ Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande UFCG. Pesquisadora do Laboratório de Estudos em Tradições (LETRA-UFCG) Licenciada em Sociologia e Antropologia pela Universidade de Granada, Espanha.

Introdução

O presente trabalho se baseia na pesquisa de mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal de Paraíba intitulada “A educação indígena Potiguara como estratégia de etnodesenvolvimento”. A partir da pesquisa fizemos um levantamento sobre a bibliografia e o material acadêmico em questão de etnodesenvolvimento e trabalho de campo com o povo Potiguara. O objetivo do trabalho consiste em analisar como o povo Potiguara² incorporou seus próprios projetos de futuro e desenvolvimento a partir do contexto cultural no qual estão inseridos, substituindo os projetos de desenvolvimento econômicos anteriores existentes na região. Em definitiva, a partir da pesquisa vimos como o povo Potiguara impôs seu conceito de desenvolvimento étnico para realizar projetos de futuro de acordo com sua identidade étnica e com o objetivo de fortalecimento cultural.

- **O processo de emergência étnica do povo Potiguara da Paraíba**

O povo Potiguara da Paraíba está territorializado nos municípios paraibanos de Baía da Traição, Rio Tinto e Marcação. É uma etnia indígena situada numa área de colonização antiga (BARCELLOS, 2012) e que, portanto, entrou em contato com a cultura hegemônica³ desde o início da colonização europeia no Brasil, fazendo com que tal população logo experimentasse os processos de mistura descritos por Pacheco de Oliveira (1998).

A partir da colonização o povo Potiguara viu ameaçado a sua estrutura organizativa e os seus territórios com a chegada dos colonos. O panorama ao longo dos séculos não foi mais favorável, pois foram expulsos de suas terras e acabaram como trabalhadores com salários precários da fábrica que se apropriou historicamente das suas terras, a Companhia de Tecido Rio Tinto.

² Quando falamos de “ povo Potiguara” somos conscientes de que não é uma categoria homogênea e o processo de luta pela educação indígena diferenciada teve algumas divergências de opiniões entre vários grupos intraétnicos. Para salvar a complexidade, nos referiremos ao longo do texto como “ o povo Potiguara” para nos referir a luta conjunta de um povo que compartilha uma identidade étnica, mas não são todos que vivem o processo nem participam igualmente nas questões educacionais, assim como em outros aspectos.

³ Entendemos “cultura hegemônica” como aquela parte da sociedade que ostenta o maior poder político e social e se impõe frente a outros grupos minoritários.

A partir dos anos oitenta, com as mobilizações indígenas no Brasil, a falência da Companhia de Tecidos Rio Tinto, as novas possibilidades legais a partir da Constituição de 1988, o apoio de alguns setores da Universidade, a atuação da FUNAI e diversos fatores contribuíram para a reorganização, articulação e mobilização do Povo Potiguara.

A conjuntura regional e nacional favorável à organização do povo Potiguara e a reivindicação de seus direitos deu lugar ao processo de emergência étnica Potiguara.

Seguindo Arruti (1995) o processo de emergência étnica é a necessidade de revitalização ou de reconhecimento de um grupo social que passou grande período histórico relegado à invisibilidade ou a discriminação. Não quer dizer que o povo Potiguara desapareceu e deixou de existir como grupo, mas sim que as circunstâncias externas e o processo de dominação histórica fizeram que os grupos indígenas sejam estigmatizados e invisibilizados. O caso do povo Potiguara foi um processo heterogêneo no qual existiram diversas estratégias de resistência, tendo uma parte dos índios Potiguaras que lutaram ativamente, sendo parte deles assassinados, e outros que mantiveram sua indianidade até hoje apesar das dificuldades. A partir dos anos oitenta, o processo de resistência se fortaleceu e as mobilizações que protagonizaram algumas comunidades indígenas no Brasil, entre elas o povo Potiguara, deu como resultado que a partir de uma conjuntura favorável o povo se organizasse e reivindicasse sua etnicidade como arma política na luta por seus direitos.

Nascimento e Barcellos (2011) identificam no processo de emergência étnica do povo Potiguara uma série de contributos de afirmação da identidade étnica e de fortalecimento cultural. Entre eles, cabe destacar a luta pela terra, a rememoração do ritual Toré⁴, a recuperação da língua Tupi, o artesanato e culinária típica, e as lutas pela educação escolar indígena. Além desses contributos, a etnicidade se fortalece através da presença do povo Potiguara nas práticas políticas, religiosas, tradicionais assim como naqueles atos de preservação do meio ambiente e da cultura através da valorização da tradição oral e da memória que preservam os mais anciãos da comunidade.

⁴ O Toré é, segundo GRÜNEWALD (2004), uma prática ritual que se apresenta como expressão simbólica na maioria das coletividades que lutam por reafirmar suas identidades e pela reelaboração cultural. O Toré representa um momento de espiritualidade no qual o grupo entra em comunhão com o deus Tupã (NASCIMENTO e BARCELLOS, 2011).

O povo Potiguara protagonizou um processo de emergência étnica no qual começaram a se mobilizar reivindicando seus direitos, contrariando o imaginário coletivo dominante de negação da presença do índio na história da constituição do povo brasileiro (NASCIMENTO e BARCELLOS, 2011, p. 11). O povo Potiguara resistiu durante todos esses séculos e hoje fortalece a sua identidade étnica dizendo: Sou Potiguara, sou de Tupã⁵.

Desse modo, consideramos de suma importância a organização étnica e a luta das terras indígenas fortalecidas a partir dos anos 80 como parte do processo de emergência étnica, assim como a educação indígena como estratégia para fortalecimento cultural e afirmação da identidade étnica.

- **A educação indígena específica e diferenciada na aldeia Três Rios**

Partimos do ponto de partida de que a educação escolar indígena é um dos contributos do povo Potiguara de reafirmação da identidade étnica que surgiu como reivindicação a partir do processo de emergência étnica dos anos 80 do século passado (NASCIMENTO e BARCELLOS, 2011). O interesse na pesquisa foi conhecer a escola indígena da aldeia Três Rios para refletir sobre como através da educação escolar indígena o povo Potiguara da aldeia Três Rios produz e reproduz a sua cultura, aliada ao fortalecimento da identidade étnica.

Chegado nesse ponto é também importante matizar que a educação Potiguara não se reduz a educação escolar, já que a comunidade participa fortemente do processo educativo das crianças, sendo elas também participantes de atos políticos e representações culturais, por exemplo na dança do Toré. Toda a comunidade é convidada a participar do ato simbólico, político e religioso, que é a dança do Toré. As crianças participam desde cedo, sendo iniciados pelos próprios parentes, e também participa desse processo de aprendizagem através do espaço escolar. Como comentam Nascimento e Barcellos (2011, p. 3):

[...] quando um tronco velho ensina o Toré a um grupo emergente ele está ensinando a indianidade conforme os preceitos/estatutos dos ancestrais presentes apenas na memória da aldeia.

⁵ Tupã é o Deus da religião indígena do povo Potiguara, atualmente misturada com outras religiões impostas no povo Potiguara desde a colonização, mas cheia de sincretismos nos quais as religiões se misturam e criam a própria religiosidade Potiguara.

O toré é uma dança circular no qual as lideranças e os instrumentistas se situam no centro e o resto dos índios se organizam em circunferência. As crianças fazem parte dessas circunferências e depois os jovens e adultos. Desse modo, vemos como toda a comunidade participa do processo ritual e como as crianças estão inseridas nos atos políticos e espirituais da comunidade.

É interessante como a presença das crianças é uma constante nos atos políticos do povo Potiguara, tanto dentro como fora da comunidade, como por exemplo quando foi observada a presença das crianças na Audiência Pública realizada no dia 13 de setembro de 2013 na Assembléia da Paraíba, na cidade de João Pessoa. Podemos entender que a participação das crianças nesses atos de suma importância para a comunidade é um processo de aprendizagem no qual desde pequenos são engajados na vida pública, a luta política e a valorização da própria cultura.

É importante realizar esse matiz para justificar que somos conscientes de que a educação escolar não é a totalidade das práticas de ensino e aprendizagem existente no povo Potiguara. Num primeiro momento na projeção da pesquisa, a intenção era realizar trabalho de campo tanto na escola quanto na comunidade da aldeia Três Rios para indagar nessa relação entre educação escolar-comunitária, mas os limites do tempo e o decorrer da pesquisa nos levaram a decidir centrar o trabalho empírico na própria escola. Porém, o fato de não existir muros na escola e estar aberta para a comunidade, a relação constante entre escola e comunidade era percebida constantemente. Por exemplo, era comum ver as crianças que ainda não tinham idade para estar na sala de aula aparecer em algumas atividades escolares, assim como algumas mães, ou a presença em algumas ocasiões do Cacique da aldeia que mora do lado da escola e já doou uma parte da sua casa para fazer parte das instalações da escola. A escola está aberta para a comunidade e o papel de educador no povo indígena Potiguara da aldeia Três Rios é responsabilidade tanto dos professores como das lideranças indígenas, as famílias e a comunidade em geral.

Outro exemplo é a importância da escola indígena na comemoração do dia da retomada da aldeia, 4 de agosto. Como a oca onde os atos políticos e simbólicos da aldeia são realizados está do lado das instalações da escola, a escola é sempre um lugar de apoio onde a comunidade se reúne. Nesse dia de comemoração da retomada, a escola estava aberta para toda a comunidade e foi lá onde o povo da aldeia ofereceu a todos os visitantes

e participantes da festa de comemoração as comidas típicas da aldeia, como beiju, macaxeira, peixe, caranguejo e camarão, culinária própria da aldeia.

Com respeito a relação entre a escola e a comunidade, a participação política que a escola tem na aldeia, o professor Joás comentou o seguinte:

[...]bem na verdade, nem tanto assim, mas sempre está envolvida. Na verdade ela é uma, para a comunidade, uma base, porque quando tem coisa na comunidade a escola está presente. Se tem reunião, vai estar presente, se vai ter uma comemoração na aldeia a escola está de dentro. Tudo o que acontece na comunidade, a escola está dentro, participando. Direta ou indireta mas está participando. Vai ter a festa da aldeia, a escola que não tem nada a ver com isso aí, é da aldeia, a comunidade que tem que se envolver, mas a escola fica na frente, dando aquele apoio, todo o apoio, né? Vai ter a festa da aldeia, a escola está de dentro, ajuda de qualquer forma, a escola nunca ficou fora. Sempre tem professor envolvido. E sabe que tem dificuldade, mas a escola sempre está presente. (Conversa com o professor Joás em novembro de 2014).

O professor Joás evidencia a participação da escola indígena na vida pública da comunidade, tanto nas festas, como nos atos políticos e datas comemorativas. Desse modo, vemos como escola e comunidade não são duas instâncias independentes, mas sim estão em contínua interrelação e falar da educação escolar leva implícito a sua relação da comunidade.

- **Análise do Projeto Político Pedagógico da escola indígena Pedro Máximo de Lima**

No documento que o povo Potiguara da escola indígena da aldeia Três Rios vem realizando sobre o Projeto Político Pedagógico da escola é interessante ver como a organização da escola indígena é toda feita por eles mesmos de acordo com sua realidade, embora tenham que seguir a legislação vigente em educação indígena e o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas de 1998.

O professor Pedro comentou que a escola tem absoluta autonomia para a realização do próprio PPP de acordo com seu contexto e a própria realidade, sendo as diretrizes do RCNEI só uma orientação para eles saber o que devem trabalhar em cada ano escolar. Desse modo, vemos como a questão de autonomia é relativa a quem está vivendo a experiência. Desde a academia vemos vários autores críticos com estas bases curriculares comuns (PALADINO, 2001; FURTADO, 2009; REPETTO, 2009), mas o importante é se o povo Potiguara está se sentindo na liberdade de agir de acordo com sua

especificidade, e segundo Pedro, eles estão sentindo e tendo autonomia para decidir o próprio PPP, que é o projeto que marca o futuro e o funcionamento da escola.

Como o mesmo documento do PPP coloca no começo,

A proposta representa a síntese do pensamento administrativo-pedagógico institucional e cultural retratando a trajetória que vem sendo percorrida pela comunidade escolar indígena Potiguara na consolidação do desejo de uma educação de qualidade em todos os níveis e modalidades de ensino. (PPP, 2014)

Então, o PPP tem o objetivo de organizar o funcionamento da escola e o trabalho pedagógico de acordo com o pensamento institucional e cultural, querendo juntar as obrigações legais e governamentais com os desejos e necessidades culturais da comunidade.

No PPP a escola Pedro Máximo expõe os seus princípios pedagógicos, considerando que a educação é um instrumento de reflexão e formação de cidadãos críticos e participativos. De fato, consideram que a escola não é independente da vida em comunidade, por isso que é forte o envolvimento da escola com a sociedade e vice-versa. Assim vemos como o fato da escola não ter muros e estar em contínuo contato com a comunidade e participar da vida comum e política, como vimos no começo do capítulo, está entre um dos princípios da educação que a escola Pedro Máximo oferece, reflexado no PPP do seguinte modo:

[...]a educação apoiada no Projeto Político Pedagógico da escola, se fundamenta no princípio de ofertar um modelo de educação consciente do seu papel na sociedade, através da construção, disseminação do conhecimento e leitura de mundo, num processo contínuo de aprendizado envolvendo professores, estudantes, funcionários e toda a comunidade. (PPP, 2014).

O conteúdo do Projeto Político Pedagógico está formado pelos objetivos que a escola tem na questão pedagógica, as metas a conseguir e o caminho a seguir, as disciplinas ofertadas, a matriz curricular, os planos de estudos nos quais se detalham os conteúdos das disciplinas de cada ano de ensino, os projetos integrados e, finalmente, os métodos de avaliação do próprio projeto.

O objetivo geral do PPP consiste na construção de uma política de Educação Escolar Indígena Específica e Diferenciada no qual exista um diálogo entre a realidade indígena do povo Potiguara e da aldeia Três Rios com os conhecimentos e exigências da

sociedade nacional. Eles propõem trazer um intercâmbio com outras realidades. Embora não usem no documento a palavra interculturalidade, podemos entender que pretendem uma educação intercultural no qual se juntem os conhecimentos e saberes indígenas e nacionais no intuito de formar os estudantes para a vida futura com conhecimentos suficientes sobre a própria cultura e valorização da sua identidade étnica.

Nas metas, a escola se propõe uma contínua avaliação por parte de toda a comunidade escolar e a comunidade envolvente, pretendendo uma organização democrática e participativa na qual todos colaborem com o objetivo de melhorar a escola e a qualidade de ensino. Uma das metas exigidas pelo aumento dos alunos e o aumento da oferta de ensino com o objetivo de poder abarcar o maior número de alunos possíveis e fazer um melhor serviço à comunidade. Outras das metas mais significativas consiste no cumprimento das exigências do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, como cumprir os horários e as exigências do professorado. Ao mesmo tempo, outra das metas é comemorar as datas significativas para o povo Potiguara e a aldeia Três Rios, levando a escola as comemorações públicas da vida em comunidade.

As disciplinas ofertadas na escola são as seguintes: Português, Matemática, História, Geografia, Ciências, Arte, Arte e Cultura, Etno História, Tupi, Educação Física, Inglês, Química, Física, Sociologia, Filosofia, Biologia e Antropologia. Podemos observar como são a maioria as mesmas disciplinas ofertadas nas escolas não indígenas, mas são adicionadas algumas disciplinas específicas referidas a cultura Potiguara, principalmente as disciplinas de Tupi, Arte e Cultura e Etno História.

Perguntando aos professores sobre a diferencia que existe entre as escolas indígenas e não indígenas, eles são conscientes de que existem essas três disciplinas que fazem que a escola tenha uma oferta de ensino algo diferente, mas consideram que a diferença principal não é so o fato de existir estas três disciplinas especificamente orientadas a cultura Potiguara, pois todas as disciplinas estão direcionadas à sua própria realidade e cultura. Como comenta o professor Pedro ao ser questionado sobre qual é a diferença nas disciplinas comuns, ele responde que cada disciplina, como a biologia e a matemática, está inserida na sua comunidade, pois o trabalho, as explicações e os exemplos não vem de fora e sim da experiência vivida por eles mesmos na aldeia. Assim, ele conta como se estudam as matemáticas na casa da farinha da aldeia ou a biologia através de trilhas pela aldeia:

Mas fora essas disciplinas indígenas que não tem nas escolas não indígenas, nas disciplinas comuns também tem diferença?

R. Tem, porque se trabalha muito a parte...biologia, que é do compadre Joas, ela trabalha muita coisa da aldeia o que você não vê no livro, você não vê a reação química do jenipapo, que o jenipapo da aquela pigmentação no corpo da gente, ne? O que faz aquilo então você não vê. O trabalho de campo e assim. Matemáticas vai trabalhar muito na casa da farinha, que nós temos os pesos e medidas diferentes do peso e medidas do nacional [...] E todas pode fazer na casa de farinha, o corpo, aí tem o movimento...porque na casa de farinha e todo movimento. aí trabalha você educação física, que tem que rodar o fuso, aí também tem as formas geométricas da casa de farinha, tem o quadrado, o triângulo, ne?

É interessante ver como os professores saem dos livros didáticos e inventam técnicas pedagógicas para ensinar qualquer disciplina através da sua própria realidade, fazendo um duplo esforço, ensinar as disciplinas comuns e adentrar aos alunos nas tradições e conhecimentos da sua comunidade. Como comenta o professor Joás sobre se os professores saem dos livros didáticos:

Saem. Isso não está em nenhum livro, é conhecimento meu, que está passando aos alunos. É da própria aldeia. Como eu falei, eu deixei os alunos a vontade para sentir a dificuldade do que é o material, do que é fazer uma cerâmica, fazer um barro, uma panela, ne? Qualquer coisa, para dar o valor ao que a gente faz.

Os professores passam seus conhecimentos aos alunos e os saberes da cultura Potiguara, promovendo que entre os estudantes se fortaleça um sentimento de identidade étnica comum que vai dar lugar ao fortalecimento da cultura Potiguara através da educação indígena específica e diferenciada.

O governo tem o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que todo ano envia os livros didáticos para as escolas estaduais. Cada ano, o professorado da escola junto com a direção se reúnem para escolher os livros didáticos que o governo propõe. É uma decisão difícil, pois a temática indígena em muitas ocasiões é esquecida ou distorcida nos livros de texto, pelo que os funcionários da escola têm que decidir quais vão ser os livros com os quais vão trabalhar. Igualmente, a maioria dos livros ficam sem ser usados ou nos estantes das salas de aula, pois só uma parte que é utilizada pelos professores, e o resto é ensinado através dos próprios conhecimentos e as próprias metodologias de ensino, mas contextualizadas e de acordo com a realidade indígena.

Sobre a diferença com as escolas não indígenas, o professor Joás, quem já teve uma experiência trabalhando numa escola não indígena particular, considera muito melhor a sua escola pela liberdade que os professores têm de sair dos livros de texto e pelo fato de ser uma escola comunitária no qual todo o mundo se conhece e participa das decisões escolares. Além de considerar as diferenças das disciplinas diferentes e o fato de que na sua escola quase um 90% dos alunos são indígenas, o professor Joás valoriza muito essa relação que os alunos têm com os professores da escola, pois fazem parte da mesma aldeia e ultrapassam as relações escolares, pois tem um objetivo comum que envolve toda a comunidade de valorização da sua cultura.

Na resposta a pergunta de em que se diferencia a escola indígena ele respondeu valorizando essa relação entre aluno e professor do seguinte modo:

R. Bom, eu vejo assim. o primeiro ponto é que escola indígena é uma escola aberta aos pais, as mães...a outra também e, na verdade é que o aluno conhece o professor, entendeu? Conhece bastante o professor, pode contar com o professor, entendeu? Enquanto na cidade não, o professor chega, da quatro horinhas de aula e vai embora. Não tem relação com o aluno, nunca vai estar com o aluno. O aluno doente e liga, vai na casa do professor, conversa...tem aquela conversa e diálogo com o professor, ne?

Assim vemos como a escola indígena não só se diferencia pelo fato de ter algumas disciplinas específicas sobre a cultura Potiguara, pois também a metodologia, a pedagogia e o envolvimento são diferentes. A relação escola-comunidade na aldeia Três Rios é bem diferente que na cidade nas escolas não indígenas, como comenta o professor Joás.

A escola específica e diferenciada é muito mais que algumas disciplinas diferentes, pois como observamos durante o trabalho de campo, todo está adaptado a realidade Potiguara da aldeia Três Rios. Desde o calendário da escola no qual se respeitam os feriados locais até a merenda oferecida. Pedro comentou em alguma ocasião durante a merenda que é uma nutricionista quem faz a dieta oferecida, mas todo com os alimentos que a escola propõe e que são cultivados e próprios da região. Assim, alguns dias a merenda é arroz com camarão, peixe, beiju, etc. e todo com alimentos produzidos na aldeia Três Rios.

Continuando com o documento do PPP, após as disciplinas se apresenta a Matriz Curricular na qual se especifica as horas de cada disciplina por ano, cumprindo com as exigências da legislação vigente. Posteriormente, passam a se detalhar os conteúdos de

todas as disciplinas organizadas por ano de ensino. Nesse ponto, vemos a interculturalidade nos conteúdos ensinados, observando como em todas as disciplinas se apresentam temáticas específicas da aldeia e da cultura Potiguara da aldeia Três Rios.

O professor Joás comenta a interculturalidade nos conteúdos das disciplinas do seguinte modo:

Os conteúdos assim...a gente sempre tem que tratar os dois lados, na verdade. Eu ensino Arte e Cultura, que é volcado para a cultura indígena, o conteúdo é pintura corporal, e fazer artesanato, a gente trabalha mitos, lendas, da aula de campo, a gente vai para o campo com o aluno e isso é um pouco de arte e cultura. É ensinar um pouco o que está nas nossas raízes. E eu também ensino ciências e biologia, entendeu? E qual é a diferença de trabalhar a biologia? O professor tem que dar o conteúdo que é, que vem no livro, mas tem alguns conteúdos que é tradicional, fora do livro...Coisas que um professor de outra escola não vai ensinar. A questão do chá, a questão de um lambedor, a questão de uma régua... a questão do mangue é levar o aluno para o mangue, entendeu? La trabalho o livro, aqui quando a gente trabalha a questão do manguezal, a gente trabalha em sala de aula e depois leva o aluno... Então, essa é a diferença. Eu acho que na cidade ninguém vai fazer isso aí, levar, sair e ficar a vontade até voltar, fica livre.

É interessante ver os conteúdos educacionais sobre a cultura indígena específica, como as pinturas corporais, os mitos e as lendas, mas é também muito importante como as disciplinas comuns, que são ensinadas nas escolas não indígenas, são ressignificadas e adaptadas a uma lógica intercultural. Concordando com Candau e Russo (2010), *a perspectiva intercultural [...] inclui não apenas diferentes línguas, mas, sobretudo, diferentes culturas* (CANDAU e RUSSO, 2010, p. 157).

Como vemos, a educação indígena é orientada por essa perspectiva intercultural, mas deveria ser não só a educação indígena e sim todos os tipos de educação que incluam essa lógica de interculturalidade para educar e formar cidadãos baseados no princípio de respeito por todas as culturas. Continuando com Candau e Russo (2010, p. 163), concordamos em que

[...]a educação intercultural é orientada para determinados grupos étnicos, em geral indígenas, e não é incorporada de modo consistente nos processos educativos oferecidos para toda a população.

A proposta da educação intercultural é que seja incorporada em todos os âmbitos educacionais, e para isso que foi criada a lei 11.645 de 2008, com o objetivo de incluir a

perspectiva indígena e afro-brasileira no ensino de todas as escolas, com o fim de avançar para uma sociedade intercultural no qual todas as práticas culturais sejam igualmente valorizadas e não exista a hierarquia que impõe alguns grupos a outros.

A escola indígena Pedro Máximo de Lima da aldeia Três Rios é um exemplo a seguir de educação intercultural e valorização cultural do qual a comunidade escolar brasileira e de América Latina pode aprender. O povo Potiguara, e nesse caso concreto, a comunidade da aldeia Três Rios está cumprindo com sucesso o objetivo de interculturalidade e valorização da cultura indígena, resultando numa aprendizagem no qual ao mesmo tempo que os alunos são preparados para o futuro na sociedade brasileira, são ensinados a viver, respeitar e valorizar a própria cultura Potiguara, fortalecendo o sentimento de pertença à comunidade e de identidade étnica comum.

- **A educação indígena do povo Potiguara como estratégia de etnodesenvolvimento**

A educação indígena pode ser considerada como um exemplo de modelo educativo alternativo, parte de um processo de desenvolvimento endógeno frente ao modelo de desenvolvimento ocidental, colonial e hegemônico imposto na América Latina.

A escola indígena específica consiste numa educação adaptada ao contexto concreto e elaborada constantemente pela comunidade implicada. Nesse sentido, ao por em evidência a educação escolar indígena Potiguara, a presente dissertação pode contribuir ao fornecer um exemplo de proposta alternativa ao modelo hegemônico educacional no qual a educação é um mecanismo de reprodução estandardizada dos valores dominantes da sociedade de consumo, com um viés eurocêntrico. O modelo educativo atual cria *maquinas utilitárias* (NUSSBAUM, 2010), sem capacidade crítica nem criativa, que copiam e recriam os modelos de vida ocidentais segundo um padrão de consumo, para continuar criando indivíduos funcionais ao sistema capitalista e de acordo com o estilo de vida colonial e eurocêntrico que se impôs na colonização, mas que está sendo reforçado atualmente no processo de globalização. Frente a esse modelo educativo hegemônico, acrítico e funcional à cultura dominante, o objetivo da pesquisa consiste em indagar sobre a relação entre uma cultura diferenciada e uma educação diferenciada, como um exemplo de luta por um modelo educativo indígena específico que valorize a

cultura e os saberes indígenas frente a colonialidade (LANDER, 2001) do conhecimento existente na América Latina. Assim, as relações interétnicas irão em direção a um maior equilíbrio.

O modelo de desenvolvimento imposto na América Latina, com a sociedade ocidental como referência, ignorou os “mundos culturais” específicos (LÓPEZ CASTELLANO, 2011). Desde a colonização, as relações de poder entre as diferentes culturas estão desequilibradas, seguindo uma lógica de dominação e acumulação de poder econômico e político por parte da cultura hegemônica e ao mesmo tempo ignorando e estigmatizando as culturas étnicas minoritárias (PALENZUELA, 2008). Como considera o antropólogo peruano Aníbal Quijano (2001), os esquemas de dominação da colonização continuam ainda na realidade social atual da América Latina, onde existe uma colonialidade do poder, do ser e do saber baseada num eurocentrismo que impõe um modelo cultural ocidental e perpetua as relações culturais assimétricas.

Nesse sentido, a etnicidade também pode ser uma arma política (PALENZUELA, 2008), de resistência cultural frente a uma lógica dominante, como é no caso da luta do movimento indígena Potiguara, tanto pelo território e demarcação das Terras Indígenas, como pelo reconhecimento e fortalecimento da identidade étnica (PALITOT, 2005), procurando o equilíbrio nas relações interétnicas.

A cultura é dinâmica. Os contatos entre as diversas culturas existem desde sempre, daí que a hibridação cultural (ROSAS, 1993) dos Potiguaras é uma realidade que existe desde o contato com grupos externos. As relações culturais não são problemáticas, são enriquecedoras, mas podem chegar a sê-lo quando a relação de poder é muito desigual entre um grupo hegemônico e dominante e uma etnia minoritária. Durante anos e ainda hoje, os Potiguaras estão lutando para equilibrar essas relações de poder assimétricas e a escola indígena Potiguara é um dos principais instrumentos nesse caminho de fortalecimento cultural.

Nesse contexto, entendemos que a estratégia de desenvolvimento endógena levada pelos Potiguaras, através da criação da escola indígena diferenciada, é uma estratégia de etnodesenvolvimento, de utilização dos recursos próprios para o desenvolvimento social e cultural de acordo com um projeto comum da sociedade Potiguara (BONFIL BATALLA, 1982).

A escola indígena Potiguara se insere no modelo de educação intercultural, já que é um modelo educativo que leva em consideração a relação entre a cultura brasileira dominante e o conhecimento indígena específico, colocando-o no mesmo nível de importância (DIAS DE PAULA, 1999).

Combatendo a atual colonialidade do saber (QUIJANO, 2001) e o eurocentrismo existente nas escolas e na educação a través da repetição de ideias, valores, técnicas e modelos de vidas da sociedade dominante (BONFIL BATALLA, 1982), a educação intercultural é uma estratégia que impulsiona a descolonização do conhecimento e leva ao caminho do equilíbrio cultural. Seguindo com Bonfil Batalla, os povos indígenas devem estar capacitados:

[...] a partir da própria cultura, no conhecimento da própria história, valorando seus próprios recursos; e também, deverão adquirir conhecimentos externos dos que possam se apropriar (BONFIL, 1982, p. 476).

Este modelo de educação precisa da participação real de toda a comunidade indígena para que não aceitem acriticamente as normas e valores impostos pela cultura hegemônica. Desse modo, a educação intercultural é um modelo educativo participativo e crítico, diferente do modelo da educação ocidental.

A educação intercultural tenta solucionar a catástrofe histórica do “etnocídio” (GARCÍA OLIVO, 2009) na educação, através da revalorização dos saberes tradicionais. A educação intercultural tem um duplo objetivo:

[...] por um lado, a igualdade de oportunidades educativas e sociais para todos; e por outro, o respeito a diversidade cultural e suas manifestações (FERNANDEZ PALOMARES, 2003)

Em definitivo, é fundamental levar em conta a importância da educação e as conotações políticas do conhecimento hegemônico. Como comentam alguns autores, o conhecimento está “situado” (MIGNOLO, 2001; PALENZUELA, 2008; WALSH, 2004), e responde a uma estratégia geopolítica determinada (MIGNOLO, 2001). O conhecimento se reproduz socialmente, através da educação formal e informal, levando com ele uma cosmovisão cultural que engloba todos os aspectos da organização política e social. Desse modo, descobrimos a influência que tem o modelo educativo das escolas para perpetuar as relações desiguais de poder ou, ao contrário, como pretende a educação

indígena específica, fortalecer a resistência cultural e pretender equilibrar as relações culturais de poder.

É interessante apresentar a questão “*que conhecimentos?*” (WALSH, 2001), devido a que as conotações sociais do modelo educativo e dos conteúdos acadêmicos podem seguir diversos caminhos e ter diferentes consequências.

A educação indígena específica pretende fazer os próprios indígenas protagonistas da sua história, conseguir que deixem de ser tratados como minorias excluídas como aconteceu até agora na história de América Latina (WALSH, 2004).

Em suma, a luta pela educação indígena diferenciada na escola Potiguara pode ser uma estratégia de etnodesenvolvimento que tem como objetivo final o fortalecimento da cultura e da identidade étnica, para assim fazer mais forte a própria comunidade e continuar com a luta pelos direitos indígenas, a demarcação dos territórios e o direito de desenvolvimento endógeno através de uma maior capacidade de decidir sobre o próprio futuro seguindo as próprias pautas culturais.

- **Conclusões**

O povo Potiguara continua resistindo desde o período da colonização dos povos europeus, a evangelização das religiões cristãs, a invasão das suas terras e a expulsão, ameaças, assassinatos, invisibilização e as estratégias de assimilação e integração levadas a cabo por um modelo de Estado tutelar e uma sociedade que em geral não considerava os índios, os estigmatizava e despreciava.

A organização, a resistência e as mobilizações do povo Potiguara fizeram da sua identidade étnica uma arma política (PALENZUELA, 2008) de luta por seus direitos ancestrais, por suas terras tradicionais e pela valorização das duas práticas culturais específicas, conhecimentos e saberes próprios.

As escolas indígenas estão sendo construídas e fortalecidas para transmitir as novas gerações esse espírito de luta e de resistência que caracteriza ao povo Potiguara, assim como transmitir e valorizar os conhecimentos próprios e as práticas culturais específicas.

A iniciativa da escola indígena na aldeia Três Rios surgiu por vontade própria para suprir a necessidade de educação escolar das crianças que foram se instalando na nova aldeia retomada do município de Marcação. Com o passar dos anos e o aumento do alunado, a escola foi aderindo às leis nacionais e estaduais em matéria de educação escolar indígena, que são o resultado de numerosas iniciativas de povos indígenas brasileiros que construíram seu próprio sistema escolar. O Estado Nacional regularizou a educação indígena já existente com iniciativas pontuais para apoiar, garantir e legitimar a realidade da educação indígena específica e diferenciada. Mas é interessante comprovar que foi uma iniciativa autônoma.

A luta pela terra e a iniciativa da criação da escola indígena na aldeia Três Rios estão entrelaçadas, pois foi a necessidade de escolarizar as crianças da nova aldeia que levaram a alguns professores a começar a dar aulas na Casa de Apoio. A territorialidade étnica é um direito fundamental dos povos indígenas, imprescindível para se estabelecer territorialmente e lutar por direitos específicos, entre eles, a educação e a saúde.

O fato de considerar a educação escolar indígena uma estratégia de etnodesenvolvimento, na qual o povo Potiguara decide estabelecer seus projetos de futuro a partir dos seus próprios recursos e os recursos alheios apropriados, é uma forma de dizer que o povo Potiguara quebrou com a ordem imposta desde fora da sua comunidade e começou a criar seus próprios projetos de educação e de futuro.

A educação indígena é uma estratégia endógena de valorização das práticas culturais próprias e também para apresentar ao mundo a riqueza e a complexidade da cultura indígena Potiguara.

O eurocentrismo na educação e, em geral, na cultura hegemônica, é ameaçado por estratégias particulares de povos indígenas e culturas africanas na América Latina. A educação escolar indígena do povo Potiguara, desafiando o sistema educativo tradicional brasileiro de assimilação no qual invisibiliza as comunidades indígenas, supõe uma alternativa a educação eurocêntrica e colonial. A partir de iniciativas como estas desde as comunidades que o Estado Brasileiro e outros estados latino-americanos estão mudando sua autopercepção, fortalecendo uma identidade latino-americana e intercultural.

- **Referências bibliográficas**

ARRUTI, José Maurício. *Morte e vida do nordeste indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional*. Rio de Janeiro: Revista de Estudos Históricos. V. 08, n 15, 1995, p. 5-94.

BARCELLOS, Lusival. *O Ressurgir dos Potiguara*. Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN, 2002.

_____. *Práticas educativo-religiosas dos Potiguara da Paraíba*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.

BARTH, F. *Ethnic groups and boundaries: the social organization of cultural difference*. London, G. Hallen & UM WEIN. 1969.

BONFIL BATALLA, Guillermo. El etnodesarrollo: sus premisas jurídicas, políticas y de organización. In: VV. AA. *América Latina: Etnocídio y etnodesarrollo*. San José de Costa Rica: FLACSO, 1982.

FERNANDEZ PALOMARES, F. *Sociología de la educación*, Madrid: Editorial Pearson Educación, 2003.

GRUNEWALD, Rodrigo Azevedo. Etnogênese e regime de índio na Serra de Umã. In. OLIVEIRA, J.P. de (Org.) *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste Indígena*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2004.

GRÜNEWALD, Rodrigo et. all. Estudo de viabilidade para oferta de um curso de licenciatura em educação indígena no Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, *Cadernos do Leme*, Campina Grande, vol.1, n.2, p. 114-150 jul/dez. 2009.

NASCIMENTO e BARCELLOS. *O povo Potiguara no processo de emergência étnica e luta pela etnicidade*, 2011.

PALITOT, Estevão Martins. *Os Potiguara da Baía da Traição e Monte-Mór: história, etnicidade e cultura*. Dissertação de mestrado. João Pessoa, 2005.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos. *Um grande cerco de paz*. Poder tutelar e Indianidade no Brasil. Tese de doutorado, Rio de Janeiro, 1992.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos; HOFFMANN, Maria Barroso. *Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas: Bases para uma Nova Política Indigenista*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002.

VERDUM, Ricardo. Etnodesenvolvimento e mecanismos de fomento do desenvolvimento dos povos indígenas. In: SOUZA LIMA, Antonio Carlos e HOFFMANN, Maria Barroso (orgs.): *Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas: Bases para uma Nova Política Indigenista*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002.